1) O princípio da igualdade estabelecido no art. 5º da Constituição Federal, traz garantias aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, não sendo uma delas:

- a) dignidade da pessoa humana
- b) liberdade
- c) propriedade
- d) inviolabilidade do direito a vida

2) São órgãos do Poder Judiciário:

- a) O Supremo Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal Federal.
- b) Os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais de Justiça Estaduais e o Ministério da Justiça.
- c) O Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Militares e os Juízes Militares.

3) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais é função institucional:

- a) do Ministério Público
- b) do Delegado de Polícia
- c) do Juiz
- d) do Procurador Geral do Estado

4) A República Federativa do Brasil não tem como fundamento:

- a) a soberania
- b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária
- d) o pluralismo político

5) Sobre a personalidade jurídica e a capacidade de exercício, assinale a alternativa correta:

- a) Sabendo que a capacidade de exercício é a medida da personalidade jurídica, pode-se afirmar que, sendo os menores de 16 (dezesseis) anos absolutamente incapazes, não são eles dotados de personalidade jurídica
- b) Todas as pessoas naturais, mesmo as absolutamente incapazes, são dotadas de direitos da personalidade, conceito este que não é sinônimo de personalidade jurídica
- c) Afirmar-se que os viciados em tóxicos são relativamente incapazes é o mesmo que afirmar que eles são dotados de personalidade condicional

d) A personalidade jurídica do absolutamente incapaz sem discernimento para os atos da vida civil somente é subtraída após a sentença de interdição

6) A respeito das diferenças e semelhanças entre prescrição e decadência, no Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a prescrição acarreta a extinção do direito potestativo, enquanto a decadência gera a extinção do direito subjetivo
- b) os prazos prescricionais podem ser suspensos e interrompidos, enquanto os prazos decadenciais legais não se suspendem ou interrompem, com exceção da hipótese de titular de direito absolutamente incapaz, contra o qual não corre nem prazo prescricional nem prazo decadencial
- c) não se pode renunciar à decadência legal nem à prescrição, mesmo após consumadas
- d) a prescrição é exceção que deve ser alegada pela parte a quem beneficia, enquanto a decadência pode ser declarada de ofício pelo juiz

7) O ato jurídico praticado por incapaz será considerado

- a) nulo, caso a incapacidade seja absoluta e anulável, caso a incapacidade seja relativa
- b) inexistente em qualquer hipótese
- c) ineficaz, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei
- d) anulável, caso a incapacidade seja absoluta e nulo, caso a incapacidade seja relativa

8) Acerca dos bens considerados em si mesmos, assinale a alternativa correta:

- a) consideram-se bens móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes
- b) perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local
- c) são bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem
- d) é considerado bem móvel o direito à sucessão aberta

9) Sobre o tema tutela de urgência, assinale a alternativa correta:

- a) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz não poderá exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer
- b) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificação prévia
- c) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão

d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

10) A respeito do procedimento comum considera:

I. Incumbe ao réu, na contestação, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta ou relativa.

II. Proposta a reconvenção, o autor será citado pessoalmente para apresentar contestação no prazo de dez dias.

III. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos em tempo de praticar os atos processuais indispensáveis à sua produção.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) III
- b) I e II
- c) I
- d) I e III

11) Quanto aos prazos processuais, é correto afirmar que:

- a) A Defensoria Pública terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) A União terá prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- c) Os Estados terão prazo em dobro para recorrer e simples para responder a recursos.
- d) O beneficiário da justiça gratuita terá prazo em dobro para contestar e recorrer.

12) Acerca da citação, assinale a alternativa incorreta:

- a) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual
- b) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação
- c) A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado
- d) Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la

13) Não haverá resolução de mérito quando o juiz:

- a) reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada
- b) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção

- c) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição
- d) homologar a transação

14) No Juizado Especial, Lei 9.099, de 1995, a citação far-se-á, exceto:

- a) por edital, quando não localizado o réu
- b) por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria
- c) tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado
- d) sendo necessário, por oficial de justiça, independente de mandado ou carta

15) Designada audiência de conciliação, nos termos da Lei 9.099, de 1995, e não comparecendo o autor:

- a) será decretada a sua revelia, prosseguindo-se o processo sem o mesmo
- b) será decretada a sua revelia e nomeado curador para prosseguimento do processo
- c) será extinto o processo
- d) será arquivado o processo pelo prazo de 30 dias, findo os quais, sem a manifestação do autor, será extinto

16) Ainda sobre o tema juizados especiais cíveis, assinale a alternativa incorreta:

- a) A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
- b) Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do artigo 3º da Lei 9.099, de 1995, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- c) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- d) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

17) Sobre o tema audiência preliminar, em sede de juizados especiais criminais, assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de verdadeira instrução, onde é feita colheita de prova, inclusive com oitiva de testemunhas;
- b) Somente pode ser conduzida pelo juiz togado.

c) Trata-se de oportunidade onde será oferecida ao autor do fato proposta de transação penal, formulada pelo Ministério Público, nos casos de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação.

d) Trata-se de oportunidade adequada para explanação, por parte do advogado constituído, quanto a suas teses de defesa.

18) Em relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei n. 12.153/2009), assinale a alternativa incorreta

a) É competência dos Juizados Especiais da fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de sessenta salários mínimos

b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta

c) Nas causas em que se trata a Lei 12.153/2009, haverá reexame necessário

d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias

19) Durante uma discussão com seu namorado, Graziela, que era policial militar, sacou de uma arma de fogo que portava e efetuou um disparo que acertou o braço daquele, que caiu ao solo. Após efetuar o primeiro disparo, Graziela viu que tinha acertado somente o braço e, embora estivesse com a arma municada com mais três projéteis, guardou-a na cintura e foi embora. A ação de Graziela caracteriza-se como:

a) arrependimento eficaz

b) tentativa de homicídio

c) desistência voluntária

d) crime impossível

20) Analise as hipóteses abaixo relacionadas e assinale a alternativa que apresenta somente causas excludentes de culpabilidade

a) erro de proibição; embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior; coação moral irresistível

b) embriaguez culposa; erro de tipo permissivo; inimputabilidade por doença mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado

c) inimputabilidade por menoridade; estrito cumprimento do dever legal; embriaguez incompleta

d) embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior; erro de proibição; obediência hierárquica

21) Com relação às causas de extinção da punibilidade previstas no artigo 107 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O perdão do ofendido é ato unilateral, prescindindo de anuência do querelado
- b) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão
- c) A perempção é causa de extinção de punibilidade exclusiva da ação penal privada
- d) Em caso de morte do réu, não há falar em extinção da punibilidade, devendo o juiz absolvê-lo com base no método de resolução de conflitos do *in dubio pro reo*

22) A prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal é:

- a) Inadmissível conforme entendimento sumulado do STF
- b) Admissível conforme entendimento majoritário do STJ, embora não sumulado
- c) Inadmissível conforme entendimento sumulado do STJ.
- d) Admissível conforme entendimento majoritário do STF, embora não sumulado

23) Quais os tipos de prisões cautelares que existem no ordenamento processual penal brasileiro?

- a) Temporária, administrativa, preventiva e decorrente de pronúncia.
- b) Flagrante, temporária, preventiva e decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível e decorrente de pronúncia
- c) Preventiva, temporária, decorrente de pronúncia e decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível.
- d) Flagrante, temporária, administrativa, preventiva, decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível, decorrente de pronúncia.

24) O Ministério Público ofereceu denúncia contra Gabriel pela prática do delito de roubo. Gabriel foi citado para responder a ação no dia 01/04/2015 (segunda-feira). O mandado de citação do acusado foi juntado nos autos no dia 03/04/2015 (quarta-feira). Assinale a alternativa correta:

- a) Gabriel deverá apresentar resposta à acusação no prazo de dez dias contados da citação, ou seja, no dia 11/04/2015

- b) Gabriel deverá apresentar resposta à acusação no prazo de dez dias contados da juntada do mandado, ou seja, no dia 15/04/2015
- c) Gabriel deverá apresentar resposta à acusação no prazo de quinze dias contados da citação, ou seja, no dia 16/04/2015
- d) Gabriel deverá apresentar resposta à acusação no prazo de quinze dias contados da juntada do mandado, ou seja, no dia 18/04/2015

25) Assinale a opção correta quanto à fixação da pena:

- a) Concorrendo circunstâncias atenuantes e agravantes, deve sempre prevalecer a circunstância atenuante, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*
- b) O Código Penal adotou o sistema trifásico de fixação da pena, segundo o qual o juiz fixa a pena-base, considera, em seguida, as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição da pena
- c) Será reincidente o réu que possuir condenação por crime anterior, ainda que esta não tenha transitado em julgado
- d) Na segunda etapa da dosimetria da pena, o juiz não pode reduzir a pena em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, visto que tal possibilidade não está prevista expressamente em lei

26) No trecho “Para os cargos do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos), pode haver segundo turno, a ser realizado no último domingo de outubro.” (3º§), a forma verbal “pode haver” exerce o valor semântico de:

- a) dúvida
- b) hipótese
- c) condição
- d) consequência

27) Assinale o erro de concordância nominal

- a) Muito obrigada, disse ela
- b) Só as mulheres foram interrogadas
- c) Eles estavam só
- d) Já era meio-dia e meia

28) Recebem acento gráfico, em conformidade com a mesma norma, as palavras do texto relacionadas na seguinte alternativa:

- a) perpétuas / indispensável / herético
- b) visíveis / pseudônimo / juízes
- c) laboratórios / Júlio / judiciários
- d) inquérito / polícia / gaúcho

29) Assinale o título sugerido para o texto que corresponde à sua ideia principal.

Vale lembrar que nos governos Vargas e JK e nos governos do ciclo militar, apesar da preponderância do estatismo, as empresas ocuparam posição central. Vargas governou com os empresários ao seu lado. Dificilmente dava um passo importante sem antes ouvir a Confederação Nacional da Indústria. Juscelino fez do capital privado um trunfo. Basta citar o caso emblemático da produção automobilística que fez a imprensa mundial comparar São Paulo a uma nova Detroit. Os militares criaram sistemas híbridos, a exemplo da petroquímica, associando o Estado e iniciativa privada. A iniciativa privada foi o pulmão do desenvolvimento na época do estatismo e terá ainda maior relevância na economia contemporânea. Um modelo de desenvolvimento que não leve esta evidente nuance em consideração é como se fosse um dinossauro, muito bom para as primeiras eras geológicas e muito distante da era atual. (Emerson Kapaz, “Dedos cruzados” in Revista Política Democrática, nº 6, p. 41)

- a) Os governos Vargas e JK & os governos militares
- b) O papel da Confederação Nacional da Indústria no governo JK
- c) A iniciativa privada no desenvolvimento econômico
- d) Os sistemas híbridos dos governos militares

30) Dentre as frase abaixo, uma apenas apresenta a regência nominal correta. Assinale-a

- a) Ele não é digno a ser meu amigo
- b) Baseado laudos médicos, concedeu-lhe a licença
- c) A atitude do Juiz é isenta de qualquer restrição
- d) Ele se diz especialista para com computadores eletrônicos

31) Em se tratando de princípio de índole constitucional, discorra sobre a aplicação do devido processo legal nos ramos do direito. (20 linhas)